

# Em 50 anos DNER cria grande patrimônio para o País

BRASÍLIA — O diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), Antônio Alberto Canabrava, ao ser homenageado durante a realização do almoço de encerramento das comemorações dos 50 anos de criação daquele órgão, no Clube do Exército, defendeu a necessidade da Assembléia Nacional Constituinte incluir no anteprojeto do deputado Bernardo Cabral a manutenção do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IULCLG). Canabrava propõe que o imposto seja repassado integralmente ao DNER, o que representaria uma receita de US\$ 1,6 bilhão anualmente, suficiente para recuperar a malha rodoviária nacional.

Entretanto, ressaltou que diante das dificuldades de recursos crescentes nos últimos anos a recuperação da malha rodoviária absorveria hoje montantes da ordem de US\$ 2,1 bilhões ao longo de três anos e meio. Ao fazer um balanço dos 50 anos da autarquia, Antônio Canabrava afirmou que a antiguidade dos programas está causando uma diminuição dos recursos e fazendo cair a eficiência, mas que, agora, o DNER precisa voltar-se mais para a sua ação gerencial e de segurança nas vias.

No almoço que reuniu cerca de 400 pessoas representantes dos setores de transportes, construção e rodoviários foi presidido pelo ministro interino dos Transportes, Mário Picanço, e contou com a presença do secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nô-

brega, dos ex-ministros Eliseu Resende e Arnaldo Prieto, do presidente da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT), Camilo Cola, e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Aeroportos, Barragens e Pavimentação, Tibério César Gadelha, dos deputados Paulo Mincaroni (RS) e Victor Faccioni (RS), do diretor do Conselho Nacional de Trânsito, Márcio Cabral, e outras autoridades.

**Homenagem** — Por delegação da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres e de todas as entidades copatrocinadoras das homenagens ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (NTC/FENATAC, RODONAL, ANFAVEA, ANECE e ABCEF) pela comemoração do cinquentenário de sua criação, e em nome da diretoria e dos associados, o presidente do SINICON (Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação), Tibério César Gadelha, disse na oportunidade que a administração do complexo rodoviário nacional, integrando racionalmente e harmonicamente os sistemas estaduais e municipais do sistema federal, "constitui um modelo de descentralização administrativa". E que, pelos seus resultados, incumbe preservar, sem prejuízo de sua modernização e da restauração de seus valores estruturais e funcionais, para que o DNER possa exercer com maior eficiência o seu papel de agente da União incumbido da gerência do sistema rodoviário federal", afirmou.

Tibério Gadelha ressaltou, também, que a única modalidade de transporte que se realiza sem cobertura tarifária é a rodoviária e que o pedágio, além de controverso, é regime de exceção. Essa singularidade — frisou — exige e determina tratamento administrativo igualmente singular, visando à adequada remuneração do uso da rodovia. Esse tratamento foi dispensado no Brasil pela Lei Jopert, com a criação do Fundo Rodoviário Nacional, integrando receitas oriundas de impostos sobre o consumo efetivo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, consumo esse que, sendo diretamente proporcional à realização da operação rodoviária, serve de padrão para a remuneração social dos custos da rodovia, propiciando recursos para expansão e o aperfeiçoamento do sistema.

O presidente do Sindicon solidizou-se com o diretor-geral do DNER, Antônio Canabrava, ao defender também a manutenção do Imposto Único Sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos que, pela proposta do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, será extinto. "A manutenção do Fundo Rodoviário Nacional na sua sua concepção original afigura-se indispensável, devendo merecer apoio constitucional através do Imposto Único. Entretanto, o projeto da Comissão de Sistematização da nova Constituição do Brasil deixou de contemplar esse apoio", frisou.

## Base de financiamento garante continuidade

No entendimento de Tibério Gadelha, se for assegurada ao DNER a base natural de financiamento das suas atividades, representada pela fração da receita do Fundo Rodoviário Nacional, seu orçamento ganhará a necessária transparência para acompanhamento e crítica da sua execução pela sociedade. Por outro lado — prosseguiu — dando-se também maior eficácia aos seus investimentos, uma vez que ficarão igualmente assegurados os recursos correspondentes, o que implicará, pelo afastamento das incertezas, assim como dos reiterados "atrasos de pagamento", economias transferidas do setor privado contratado para a realização dos objetivos da Autarquia, podendo-se dizer o mesmo em relação aos órgãos rodoviários estaduais e municipais.

Hoje, o sistema federal administrado pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, como peça fundamental do conjunto, compreende cerca de 115.200 Km de rodovias arteriais, principais e secundárias, dos quais 59.500km pavimentadas. Segundo o presidente do Sindicon, Tibério Gadelha, o sistema é responsável por cerca de 70% do fluxo de transporte rodoviário no País, sem embargo de representar apenas 7% da rede rodoviária nacional. Esses percentuais realçam a importância estratégica do

DNER no sistema modal e reclamam, por isso mesmo, em favor da coletividade, providências de caráter emergente orientadas para o fortalecimento da Autarquia, tanto econômica como estrutural e funcionalmente.

Para reafirmar a importância da rodovia no transporte de bens e pessoas, que tende a se intensificar com os avanços dos processos tecnológicos e sociais em todo o mundo, Tibério Gadelha deu como exemplo a França, país de tradição ferroviária, onde a relação entre o transporte rodoviário e ferroviário foi, em 1984, da ordem de 1,7, ligeiramente inferior à observada no Brasil, que no mesmo ano, foi da ordem de 2,4. Nos Estados Unidos, ainda no mesmo período, o transporte rodoviário de cargas foi de cerca de quatro vezes observado no Brasil.

O presidente do Sinicon fez uma saudação especial aos constituintes, ressaltando que todos eles estão dando o melhor do seus conhecimentos, de suas experiências e dos seus esforços para dotar o Brasil de uma Carta Magna democrática e duradoura "tarefa extenuante quanto honrosa, e que, certamente, se levada a bom termo, deixará seus nomes gravados na história do nosso País. Afirmou, ainda, que a saudação fosse recebida pelos senadores e deputados junto com "o mais veemente e

caloroso apelo para que dêem sua inestimável contribuição ao permanente crescimento e aprimoramento do rodoviarismo no Brasil, fazendo prevalecer no texto constitucional e na legislação ordinária subsequente as garantias dos recursos provenientes do imposto único sobre lubrificantes líquidos e gasosos, inclusive o álcool, para uso pelo DNER, DER estaduais e prefeituras, na manutenção, conservação e ampliação da malha rodoviária, condição essencial e insubstituível para que o nosso país possa continuar se desenvolvendo.

Ao encerrar o seu discurso, o presidente do Sinicon, Tibério Gadelha, congratulou-se com o corpo técnico do DNER e com a direção da Autarquia pelos 50 anos de sua criação, ressaltando que em boa hora as entidades setoriais estavam homenageando o órgão, "plenamente consciente de estarem expressando a vontade da totalidade das empresas e empresários que representam, consultores e construtores, fabricantes de veículos e transportadores, unidos nessa oportunidade festiva para registrar nosso reconhecimento e nossa homenagem a esse patrimônio de todos nós, que é o DNER, cuja obra e presença marcante em todo o território nacional, ao longo desse tempo, tornaram-se um patrimônio inalienável do povo brasileiro".



Entrega da placa comemorativa assinalou os 50 anos de existência do DNER

## Canabrava: "A família está unida"

Ao final do seu discurso, o presidente do Sindicon convidou o ministro interino dos Transportes, Mário Picanço, para fazer a entrega de uma placa comemorativa aos 50 anos de criação do DNER "pela contribuição ao desenvolvimento e integração nacional", na pessoa do diretor-geral da Autarquia, Antônio Alberto Canabrava.

Na oportunidade, Mário Picanço agradeceu aos representantes do Congresso Nacional presentes à solenidade em virtude da sessão de homenagem ao DNER realizada, ontem, pela Câmara dos Deputados e em retribuição convidou o deputado Paulo Mincaroni (RS), vice-presidente daquela Casa do Legislativo, para fazer a entrega da placa comemorativa ao diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, o qual também ressaltou os relevantes trabalhos que o órgão tem prestado à Nação. O parlamentar agradeceu a deferência especial, não só em seu nome como de toda a Mesa da Câmara e da Assembléia Nacional Constituinte.

O diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, Antônio Alberto Canabrava, após receber

a placa comemorativa do cinquentenário da Autarquia, afirmou que quando ingressou no DNER e também na iniciativa privada, no início de sua carreira profissional, jamais imaginou que iria estar presente às homenagens dos 50 anos de criação do órgão e ainda mais em Brasília, cidade que ele ajudou à época da fundação, na construção das estradas que ligaram a capital federal aos principais centros do País.

Na sua opinião, o DNER está se revigorando e vem com muita força para lutar, juntamente com as classes rodoviárias polivalentes, em seu vários segmentos, pelos interesses não só da Autarquia, como também de toda a sociedade e do País, no sentido de ampliar os recursos para a aplicação na reestruturação da malha rodoviária nacional. "A família está unida", frisou Canabrava "e, quando chegar o momento da votação, os constituintes irão nos apoiar ao incluir na nova Carta Magna do País a manutenção do Imposto Único sobre consumo de Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos".

"Não sou homem de pegar na alça do caixão para enterrar o DNER. Não

estou aqui para isso", afirmou Antônio Canabrava, que conclamou os setores ligados aos transportes, construção de estradas, rodoviários e segurança para somarem esforços na tentativa de sensibilizar e contar com o apoio dos constituintes para votarem a proposta defendida pela Autarquia junto à Assembléia Nacional Constituinte.

A proposta a que se refere o diretor-geral do DNER foi apresentada junto à Constituinte pelo Deputado Dalton Canabrava (PMDB-MG), e estabelece que o imposto Único seja repassado integralmente à Autarquia. Esses recursos seriam assim redistribuídos: 20% aos municípios; 40% aos Estados; 10% às regiões metropolitanas e os 30% restantes ficariam no próprio DNER. O Congresso Nacional deverá dar aprovação para aplicação dos recursos destinados ao DNER. Do mesmo modo, nos Estados as Delegacias de Estradas e Rodagem submeteriam seus planos de aplicação dos recursos junto às Assembléias Legislativas e os municípios, às Câmaras de Vereadores. Para as regiões metropolitanas serão criados Conselhos como a participação do DNER para aplicar esses recursos.